

A fachada da Igreja de São Pedro de Vila Real (1728-1730)

*Joaquim Jaime B. FERREIRA-ALVES **

Introdução

A actividade arquitectónica em Vila Real no século XVIII dotou a então vila de novas estruturas que, como aconteceu em todo o país, e muito particularmente no Norte, lhe deram o cariz barroco que ainda hoje podemos admirar. Aquela actividade – sobre a qual, há longos anos, nos temos interessado – e a nossa ligação a Vila Real levou-nos a chamar a atenção, neste II Congresso Internacional do Barroco, para um património por vezes pouco conhecido no âmbito da História da Arte em Portugal. Se a Casa de Mateus faz parte de qualquer referência ao Barroco português, o mesmo não sucede com as igrejas e casas nobres que podemos encontrar ao percorrer a cidade, e em toda a sua área de influência, e que constituem pontos do maior interesse, para o período em estudo.

A arquitectura setecentista em Vila Real é influenciada pelo que se fazia nos dois grandes centros artísticos nortenhos: Porto e Braga. Pertencendo ao Arcebispado de Braga, insere-se naturalmente nas tendências artísticas do foco bracarense. Quanto ao Porto, pelo lugar que ocupa no Norte, e como importante centro divulgador da arte que na cidade se fazia, é uma referência incontornável para quem quer estudar a arte de Trás-os-Montes. Como sucede nos dois focos artísticos referidos a arquitectura em Vila Real no século XVIII caracteriza-se: pela permanência da sensibilidade arquitectónico/decorativa da centúria anterior; pela afirmação do Barroco, onde se valoriza essencialmente o efeito decorativo, o qual a partir dos anos cinquenta de Setecentos se manifesta pelo Rococó; e pela permanência destas tendências até ao fim da centúria, ainda que um classicismo se anuncie, quase sempre de uma forma moderada, nalguns edifícios.

A actividade arquitectónica setecentista em Vila Real desenvolveu-se em três grandes vertentes: edifícios levantados de raiz; conclusão de programas construtivos anteriores; e adição de estruturas barrocas nas construções medi-

** Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.*

evais. Entre as obras que merecem realce mencionemos: as realizadas na igreja de São Pedro, que iremos tratar; a construção da torre sineira (1742) e abóbada da capela-mor (1753) da igreja do Convento de São Domingos ¹; e a construção da nova fachada da igreja de São Paulo ² (também conhecida por Capela Nova, igreja dos Clérigos e igreja de São Pedro Novo). Esta igreja da Irmandade de São Pedro (fundada em 1638) teve início em 1639 ³, sendo acrescentada e recebendo o actual frontispício a partir de 1753/1754. A obra, arrematada pelo mestre de pedraria João Lourenço de Matos, membro de uma notável família de construtores setecentistas ⁴, ficou concluída em 1756. Ainda que bem documentada acerca de todos aqueles que nela trabalharam, o autor do risco não é conhecido. Robert C. Smith ⁵ atribui o projecto ao pintor-arquitecto José de Figueiredo Seixas, responsável pelas pinturas executadas no interior, a partir de 1745 ⁶. A referência, publicada em 1984 ⁷, sobre um pagamento feito a alguém que se deslocou a Lamego para «buscar o segundo risco da obra», permite levantar outra atribuição: António Mendes Coutinho ⁸, mestre de pedraria e autor de riscos, que desenvolvia nessa altura a sua actividade na transformação da Sé de Lamego, e que foi uma figura importante no contexto da arquitectura daquela cidade e de Viseu.

A questão da atribuição da autoria do risco dos edifícios de Vila Real é, como noutros locais, difícil de resolver. Na cidade e no seu termo não encontramos, até agora, a partir da documentação consultada, grandes nomes da arquitectura relacionados com aquilo que ali se construiu. A razão fundamental para esse desconhecimento, é a seguinte: os contratos notariais relacionados com obras, silenciam, quase sempre, o nome do autor do projecto, por não ser uma figura importante na relação encomenda/execução. Esta realidade leva a duas situações: a primeira, não sabermos quem foram os autores das traças do que se edificou; e a segunda, podermos cair no hábito, por vezes perigoso, das atribuições, ainda que o levantamento de alguns nomes/obras, possa servir de hipótese de trabalho.

Em Vila Real, como noutras áreas do Portugal do século XVIII, o projecto tem origem em figuras de formação diversificada: arquitectos, estes com ori-

¹ MARINHO, Natália; FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – *A Igreja de S. Domingos de Vila Real no século XVIII*. Vila Real: Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, 1979.

² FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – *A construção da nova fachada e o acréscimo da igreja de São Paulo de Vila Real*. *Lucerna*. Porto: Ministério da Cultura/Delegação Regional do Norte, Centro de Estudos Humanísticos, 1984 (separata).

³ Lançamento da primeira pedra: 22 de Fevereiro de 1639.

⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – Matias Lourenço de Matos, mestre pedreiro de Vila Real no século XVIII (Aportações documentais para o estudo da sua actividade). *Estudos Trasmontanos* – I. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1983, p.239-258.

⁵ SMITH, Robert C. – *Nicolau Nasoni Arquitecto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1966, p. 177-178.

⁶ BRANDÃO, Domingos de Pinho – José de Figueiredo Seixas. Algumas obras-alguns documentos. *Museu*. Porto: 1964 (separata).

⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – *A construção da fachada...*, p. 370, nota 19.

⁸ PINTO, Lucinda Barros – *O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego. Contributo para o estudo da sua construção 1750-1905/69*. Lamego: Edição da Câmara Municipal de Lamego, 2001, p. 56.

gens diferentes (ourives-arquitecto; pintor-arquitecto; mestre de estuque-arquitecto, etc); engenheiros militares; arquitectos amadores (clero regular e secular, e simples particulares); e mestres pedreiros, que, por vezes, deixam de ser só executantes, para serem também autores de riscos. O pendor mais ou menos conservador do encomendador e a origem do riscador podem explicar um certo conservadorismo das formas, fenómeno que não é só da área em estudo, não esquecendo a utilização, por todos, do que há anos designámos por «modelos arquitectónicos», que é a frequente utilização nas novas construções de modelos existentes: em 1728, o carpinteiro João Pinto de Magalhães teria de fazer o coro da igreja de São Cristóvão de Parada de Cunhos «pello mesmo feito que esta o de Sam Dionizio de Villa Real»⁹.

A experiência que temos da realidade de Vila Real (o mesmo, em grande parte, se passa no Porto) leva-nos a prestar muita atenção ao arquitecto amador e ao mestre pedreiro. No primeiro caso queremos salientar o Dr. Luís Manuel Álvares Coelho de Matos, que o autor da descrição de 1758 refere da forma seguinte: «formado na Universidade de Coimbra nos sagrados canones foi insigne na idea da Architectura, e plantear obras e pelo risco digo, e por planta sua foi feita a obra da Fonte de S. Francisco¹⁰, e a dos Arcos do Convento de S. Francisco cuja adscrição pertence a freguezia de S. Pedro desta Villa; foi eminente no risco, porque com pena pintava, e copiava hum primor, sem mais merce que o dom de Deus, e dote da natureza»¹¹. No segundo caso, temos os mestres pedreiros¹² que muitas vezes associam a função de executante à de riscador. Esta realidade, frequente em todo o país, teve também grande importância no contexto arquitectónico de Vila Real e de toda a sua área de influência. Entre os mestres pedreiros riscadores queremos recordar os irmãos Matias Lourenço de Matos e João Lourenço de Matos que, juntamente com outros familiares, constituem uma família que marca a vida arquitectónica em Vila Real, no seu termo e em outras áreas de Trás-os-Montes, onde também, pontificam pedreiros vindos do Entre Douro-e-Minho e da Galiza. A ligação mestre pedreiro/projecto pode ser documentada, a título de exemplo, num contrato, de 1770¹³, entre João Félix de Queirós e Mesquita e o mestre pedreiro Matias Lourenço de Matos. O primeiro, ao pretender fazer uma capela na sua quinta situada no lugar de Torneiros (Sanhoane), mandou executar dois riscos e os respectivos apontamentos: um ao referido mestre pedreiro e o outro a um «canteiro galego que aseite em Sedadelhe ao pe de Mizam Frio». Seria

⁹ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho; FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos sécs. XVII-XVIII (I). *Revista de História*, vol. V. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984, p. 17-18 (separata).

¹⁰ FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – Matias Lourenço de Matos..., p. 241-242.

¹¹ SOUSA, Fernando; SILVA GONÇALVES, Manuel – Vila Real no século XVIII. *Estudos Transmontanos e Durienses*, 7. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1997, p. 29.

¹² FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, e FERREIRA-ALVES Joaquim J. B. – Alguns artistas e artífices setecentistas de Entre Douro e Minho em Vila Real e seu termo. Subsídios para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam em Trás-os-Montes nos séculos XVII-XVIII (II). *Bracara Augusta*, vol. XXXV. Braga: 1981; idem – Subsídios para um dicionário ...

¹³ FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – Matias Lourenço de Matos..., p.255.

este último o escolhido – «escolhendo o dito Joam Fellis ou fazendo melhor ileisam na planta ou risco que veio de Sedadelhe» – ainda que alterado a partir do risco feito por Matias Lourenço de Matos.

Alguns nomes conhecidos da arquitectura portuense setecentista aparecem associados a Vila Real e seu termo, umas vezes com base documental, outras por mera atribuição. Sabemos que José de Figueiredo Seixas pintou na Capela Nova, Nicolau Nasoni, como pintor, andou pela área (o que não nos permite relacionar o seu nome com obra arquitectónica não documentada), e a presença do arquitecto António Pereira (e também de Miguel Francisco da Silva) a trabalhar na Sé de Lamego, pode ser um dado que convém reter, para explicar algumas formas que aparecem na região, e que têm muito a ver com aquilo que tanto António Pereira como Miguel Francisco da Silva fizeram no Porto, principalmente o primeiro (obras na Sé, Casa de São João-o-Novo, etc).

A fachada da igreja de São Pedro (1728-1730)

A igreja de São Pedro ¹⁴, «eregida para a parochia da segunda freguezia desta Villa Real, no anno de 1528», foi mandada edificar por D. Pedro de Castro, «protonotario abade que foi da igreja do Salvador de Mouços». Nos primeiros anos do século XVIII ¹⁵, sendo juiz da igreja o licenciado José Moutinho de Aguiar, e «vendo que a dita igreja se conservava na forma dos seus principios e que carecia de reforma», decidiu reformá-la ¹⁶. Iniciaram-se assim uma série de obras, entre as quais as referidas em quatro documentos notariais: a obra da sacristia (1708); quinze painéis no forro da igreja (1714); apainelamento da capela-mor (1716) e uma importante obra de pedraria, não definida com clareza (1728).

Em 19 de Junho de 1708 ¹⁷, com a presença de Fr. Manuel de Barcelos ¹⁸ e do licenciado José Moutinho de Aguiar ¹⁹, «oficiais da igreja de Saõ Pedro»,

¹⁴ SOUSA, Fernando de; SILVA GONÇALVES, Manuel – *Memórias de Vila Real*, 1º vol. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real / Câmara Municipal de Vila Real, 1987, p. 253-274.

¹⁵ Nas *Memórias...* é 1711 da data apresentada para o começo das obras, mas documentalmente sabemos que se iniciaram, pelo menos, em 1708.

¹⁶ «se reformou por dentro de pedraria acrescentando-lhe altares com seus arcos metidos nas paredes de sorte que com altar mor tem sete; e a pia baptismal se meteu tambem em hum arco e se lhe fez outro em frente para correspondencia, e todos os retabulos foram postos de novo, e assim a capella-mor como o corpo da igreja se foram de paineis a maneira de aboda, digo, de abobeda e o cruzeiro todo entalhado, e tudo se acha dourado e pintado, e por a igreja ser grande tudo ficou lustrozo; fes-se-lhe de novo huma grande sanchristia que de tudo está bem acabada e com larguesa; desta corre pelo comprimento da igreja até a torre dos sinos hum grande corredor com seis janellas de sacada, no sobrado, viradas a norte, e no terreo della e sobrado se guardam os trastes necessários», *Memórias...*, p. 254.

¹⁷ Arquivo Distrital de Vila Real (A. D. V. R.), Secção Notarial, maço 22, livro 43, fl. 95v-97.

¹⁸ «procurador geral da Religião de S. Hieronimo na provincia de Entre Douro e Minho e Tras os Montes». A igreja de São Pedro era, no século XVIII, da «apresentaçam» do «real convento de Bellem». *Memórias...*, p. 253.

¹⁹ «em esta Villa Real e pousadas do licenciado Joseph Moutinho de Aguiar onde eu tabelião vim».



Fig. 1 – Vila Real. Igreja de São Pedro.

foram contratados os mestres pedreiros Manuel Alves ²⁰ e Domingos de Novais, este «natural de Entre Douro e Minho», e os mestres carpinteiros António da Costa e Filipe da Costa, para executarem a obra da sacristia. Os mestres de pedraria, fariam o seu trabalho segundo os apontamentos ²¹, devendo ficar «feita e perfeita» ao fim de seis meses ²², e pelo qual receberiam a quantia de 208.000 réis ²³. Os mestres carpinteiros, terminada a obra de pedraria, comprometer-se-iam a executar a de carpintaria, «perfeita e aquabada», até ao fim do mês de Abril de 1709 ²⁴. Os ditos mestres arrematantes estavam obrigados a entregarem as obras «feitas e perfeitas no ditto tempo», pois caso não cumprissem o estipulado pagariam «de pena convencional por quada huma das dittas obras des mil reis por quada mes que a retardarem e serão aplicados para obras ²⁵» da capela-mor.

Fac-símile das assinaturas do documento de 19 de Junho de 1708

Alguns anos depois, em 1714, o carpinteiro Filipe da Costa, foi novamente contratado ²⁶ pelo juiz da igreja de São Pedro, Rafael Mendes do Vale, para fazer «no forro da dita igreja de Sam Pedro tres carreiras de paineis cada huma de

²⁰ Sobre Manuel Alves ver: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho e FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – *Subsídios para um dicionário...*, p. 9.

²¹ «que tinhaõ visto [...] que foraõ vistos e assignados por huns e outros»..

²² «que findaõ em Dezembro».

²³ «em tres pagas iguaes a saber a primeira no principio da obra a segunda no meio e a 3^a depois de finda e conferida».

²⁴ «e se lhe faraõ os pagamentos na mesma forma em tres pagas iguais como a obra de pedraria».

²⁵ Caso não cumprisse os pagamentos Fr. Manuel de Barcelos estava obrigado à mesma pena.

²⁶ Contrato, de 8 de Maio de 1714, feito na residência do licenciado Gaspar Cardoso Lima. A. D. V. R., Secção Notarial, maço 20, livro 44, fl. 53v.-54. Documento já referido em: *Subsídios para um dicionário...*, p. 12.

sinco com seus rompantes tudo na forma dos mais paineis que se achão feitos no corpo da dita igreja sem que defiraõ em couza alguma delles assim em medidas como em toda a mais obra do dito forro²⁷. A obra²⁸, segundo o documento, deveria ficar concluída «em todo este prezente anno de setecentos e quatorze», recebendo Filipe da Costa por cada uma das «ditas carreiras de paineis» 35.000 réis²⁹. Para o seu pagamento, da responsabilidade do juiz da igreja, contribuíram com «esmollas» vários cidadãos de Vila Real: João Monteiro da Mesquita (24.000 réis); João Lourenço, mercador (24.000 réis); Domingos Pereira Tarefa (20.000 réis); Manuel de Figueiredo, sapateiro (24.000 réis) e Francisco Pedro Pereira (24.000 réis). Além «das tres carreiras de paineis» que Filipe da Costa tinha que fazer, faltava ainda, segundo o contrato, uma carreira de painéis para a conclusão do forro do corpo da igreja. O mestre carpinteiro obrigava-se a «fasella por trinta e sinco mil réis», no caso do juiz da igreja lhe pagar os 35.000 réis até «ao dia de Sam Joaõ Bautista» de 1714³⁰. Esta última obra teria que estar pronta «athe ao dia de Paschoa» de 1715.

Fac-símile das assinaturas do contrato de 8 de Maio de 1714

Estabelecida no documento de 1714 a conclusão dos painéis do corpo da igreja (Páscoa de 1715), no ano seguinte foi contratado³¹, por José do Vale de Leão³², Manuel Vieira³³, para «appainelar a cappella maior [...] que há de levar trinta paineis seis em volta e sinco ao correr da cappella todos cubertos

²⁷ Filipe da Costa obrigava-se ainda a «emendar a queda que tem o banco da ultima carreira de paineis que se acha feita na dita igreja por esta estar inclinada».

²⁸ «tudo feito de madeiras boas e limpas, ficando toda a obra segura e perfeita como a que esta feita».

²⁹ «que nos tres faz soma de cento e sinco mil réis que elle juis da igreja estava obrigado por razam do dito contrato entre si feito a pagar lhe a saber a metade do dito preço logo que entrace a dar principio a dita obra; trinta mil réis pelo Sam Joaõ deste prezente anno, e o restante lhe havia de entregar finda a dita obra sendo ella da aseitação da freguezia como a outra já feita por outros officiaes».

³⁰ «passado o dito dia não fica obrigado a fasella pelo dito preço».

³¹ Contrato, de 6 de Novembro de 1716, feito «nas pouzadas» do licenciado Simão Mendes do Vale.

A. D. V. R., Secção Notarial, maço 22, livro 52, fl. 34v.-35v.

³² «maiordomo do Senhor da igreja de São Pedro»

³³ De São Pedro de Torrados, «concelho de Filgueiras, comarca de Guimaraes».

de talha com seus frizos floróios e rompantes³⁴ tudo intalhado³⁵. Manuel Vieira, que já trabalhara na Capela de Nossa Senhora do Rosário do Convento de São Domingos de Vila Real, receberia 8.000 réis por painel³⁶. Além de apainelar a capela-mor³⁷ Manuel Vieira teria que concertar o retábulo do altar mor, desmontando-o e tornando a montá-lo³⁸. Obrigava-se ainda pelo contrato a estar em Vila Real no domingo de Pascoela, «primeiro que vem para logo na segunda feira pegar e dar principio a dita obra», e a dá-la por concluída «por todo o mês de Agosto primeiro que vier» (1717).

Fac-símile das assinaturas do documento de 6 de Novembro de 1716

O último documento³⁹ dos quatro que temos vindo a referir é de 25 de Maio de 1728. Trata-se de um contrato entre o padre Luís Correia Botelho⁴⁰, José Moreira Pinto, juiz da igreja de São Pedro, Luís Fernandes, procurador da mesma igreja, e o mestre pedreiro António da Ponte⁴¹, para este fazer uma

³⁴ «os rompantes dos painéis serão de diferente e melhor feitura que os da cappela da Senhora do Rosario de Saõ Domingos que elle mesmo fez».

³⁵ «o tal forro correrá em volta que vista com o retábulo»; «a facha dos painéis serão deferentes hua carreira da outra somente corresponderão hua banda com outra».

³⁶ «que todos trinta montão duzentos e corenta mil réis».

³⁷ «A capella-mor mandou azulegear Domingos Botelho de Affonseca, fidalgo da Caza Real, e cavaleiro professo na Ordem de Christo, sendo mordomo do Senhor no anno de 1697». *Memórias...*, p. 254.

³⁸ «e que também se obrigava a concertar o retabollo do altar maior pondo lhe de novo hum arco corespondente as colunas de fora que ficaõ junto da parede e outro que corespondá as sane-fas que estão ao pé da parede os coaes chegarão adiante a fassa da coluna e correrão os ditos arcos em volta com os do apainelado e entre os (sic) e entre os sobredittos arcos lhe metera de novo huns targeos correspondentes ao painel de entre as colunas que correm em bolta (sic) com os mesmos arcos pera o que se poderaõ aproveitar de huns targeos e facha que há na igreja e forem necessarios para a sobredita obra e que se obrigava a fazer tres repizas ou as que forem necessariase passaraõ pellos targeos e arcos que de novo se fazem athe chegar ao forro e apainelado tudo muito bem asiado perfeito e acabado com toda a limpeza e que desfaria o retabollo a sua custa e o tornaria a por corrente tratando todas as pessas com muito geito para que se não desdoure a qual obra lhe promete fazer em presso de sincoenta mil réis».

³⁹ A. D. V. R., Secção Notarial, maço 31, livro 35, fl. 53-54v, documento com manchas de humidade, o que dificulta a leitura. Documento já referido por: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho e FERREIRA-ALVES, Joaquim J.B. – *Alguns artistas e artífices setecentistas...*, p.11.

⁴⁰ «abbade da mesma freguezia».

⁴¹ De São Miguel de Fontoura, «do termo da villa de Valensa do Minho».



Fig. 2 – Vila Real. Igreja de São Pedro. Pormenor da Fachada.



Fig. 3 – Vila Real. Igreja de São Pedro.
Remate da portada principal.

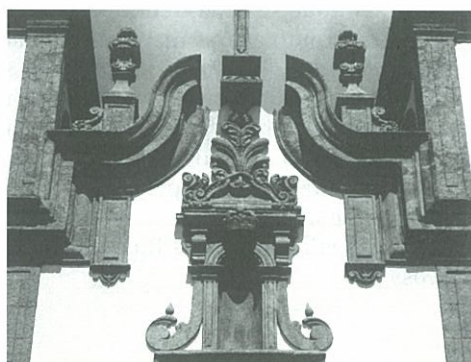


Fig. 4 – Vila Real. Igreja de São Pedro.
Remate do corpo central.

obra de pedraria na referida igreja, segundo as «plantas alta e baixa per todos asinada». O documento inclui ainda as seguintes clausulas: a obra seria «toda asentada em cal amasada com areia em partes eguais ⁴² [...] em preso e coantia de coatro mil cruzados e sento e trinta mil reis»; o mestre de pedraria respeitaria as plantas na construção, que seria vista «por ofeceais da mesma arte»; exigia-se que a «cantaria de pedra» se fizesse com toda a perfeição da arte, e estipulava-se o prazo de entrega que seria ao fim de dois anos. Para o pagamento da obra e seu acompanhamento, foram nomeados na mesma altura: o licenciado José Moutinho de Aguiar (tesoureiro); José Ferreira de Oliveira (procurador da obra), e António Fernandes Guerra («ajudador» do procurador ⁴³).

A Igreja de São Pedro em 1758

«O orago he Sam Pedro, e foi edificada esta Igreja em huma capella de Sam Nicolau por Dom Pedro de Castro Abade de Santa Maria de Friamunde no Minho, e do Salvador de Mouços neste termo, e Prothonotario Apostolico, que mandou fazer esta obra por sua charidade, e grandeza no anno de mil quinhentos, e vinte, e outo, sendo Pontifici Clemente septimo, e Rey Dom João terceyro, e nesta Igreja esta sepultado o fundador; e no anno de mil septecentos, e honze se reedificou à custa dos freguezes.

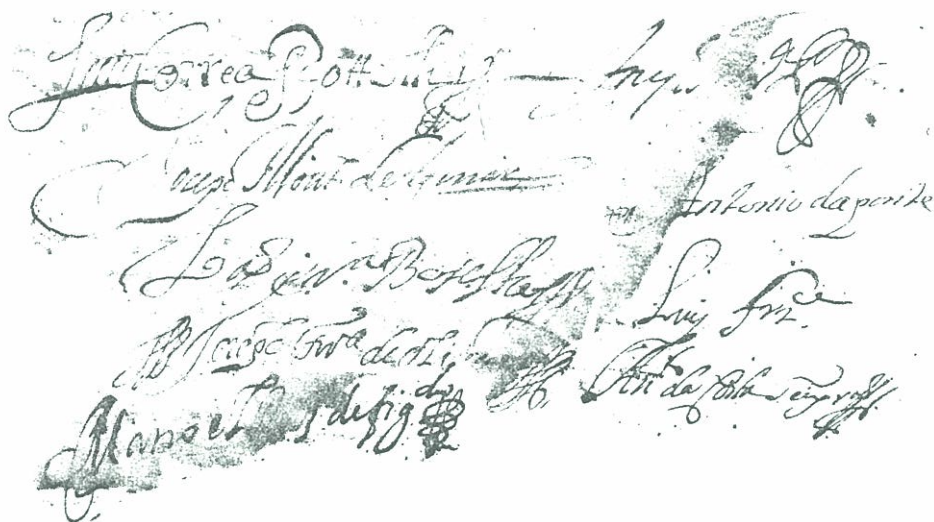
He hum dos melhores templos desta Provincia, tanto pella grandeza como pello sitio, em que se acha, tem duas soberbas torres no frontispicio; he de huma só nave, tem outo altares metidos nas paredes em seos arcos de pedra marmore, com Tribunas de talha bem douradas, a saber o Altar mor, em que se conserva o Santissimo Sacramento = hum do Senhor Crucificado, Imagem, que Cauza grande devoção. = outro de Nossa Senhora da Grassa = outro das Almas = outro de Sam Caetano outro de Sam Bento = outro do Apostolo das Indias Sam Francisco Xavier, e o de Santa Rita. A capella mor deste templo, digo Templo tem todo o tecto de florões de talha dourada, e o Corpo da Igreja he apaynelado com madeiras levantadas de talha com seos Rompantes dourados, e no meyo bem matizados brutescos» ⁴⁴

O último documento é, como referimos, omisso no tipo de obra que António da Ponte teria que fazer. Após concluídas a nova sacristia, e a decoração a nível de coberturas da capela-mor e da nave (cujo acrescento dos painéis pode significar um prolongamento do corpo da igreja), esta obra de pedraria, pelo seu custo e pelo tempo da sua execução teria que ser um trabalho de vulto. O tempo destinado à sua construção (dois anos) e o avultado custo da obra, permitem-nos concluir que tratar-se-ia de algo importante. Mas o quê? A fachada? Outra qualquer estrutura que estava por fazer? Inclina-mo-nos para a primeira hipótese, que se apoia, como dissemos, no tempo e custo da constru-

⁴² «pallas medidas do piteppe da planta baixa e alta».

⁴³ Eram «obrigados a fazerem execusois».

⁴⁴ SOUSA, Fernando de e SILVA GONÇALVES, Manuel – Vila Real no século XVIII, p. 33.



ção, e na notícia inserida numa publicação sobre Vila Real, de 1943 ⁴⁵, em que se escreve que o frontispício da igreja de São Pedro, foi mandado fazer por José Moutinho de Aguiar que, como vimos, era o tesoureiro da empreitada arrematada por António da Ponte.

Da obra de 1728, aceite por nós como sendo a da fachada da igreja de São Pedro (1728-1730), conhecido o nome do mestre pedreiro que a executou, mais uma vez nos falta saber quem fez o projecto. Não conhecemos, até ao momento, nomes de «arquitectos» que trabalharam em Vila Real no período em causa; porém, a origem do risco pode também estar, segundo a nossa opinião, em alguém que trabalhava num dos centros de influência que referimos. A cidade de Braga naquela época pautava-se por uma grande actividade arquitectónica, onde nomes como Manuel Pinto Vilalobos e Manuel Fernandes da Silva fizeram escola. O Porto tinha iniciado no mesmo período uma das fases mais fulgurantes da sua actividade artística que, pela novidade das propostas (utilização, talvez pela primeira vez no Norte, do tratado de Andrea Pozzo), fez da cidade uma referência no Barroco português. Arquitectos como António Pereira, Miguel Francisco da Silva, Nicolau Nasoni, Manuel Álvares Martins, entre outros, introduziram uma nova linguagem na arquitectura e na arte da talha que influenciou todo o Norte.

O frontispício da igreja de São Pedro (Fig. 1), constituído por um corpo central ladeado por duas torres sineiras, chama a atenção pela quantidade de elementos que preenchem os espaços enquadrados por pilastras (Fig. 2): vãos (portada, janelas, sineiras); nichos e elementos decorativos, como as armas de

⁴⁵ *O Concelho de Vila Real*, tomo I. Lisboa: Edição e publicação do jornal ilustrado «A Hora», 1943, s/p.

São Pedro (Fig. 3) que rematam a portada. A uma certa rigidez formal, contrapõe-se o movimento dado a alguns elementos que surgem na fachada: os dois segmentos côncavos que formam o frontão interrompido da portada; as aletas de movimento acentuado dos nichos laterais; o frontão contracurvado das duas janelas das torres, onde no tímpano uma decoração em concha espalmada (em forma de leque), que vemos também por cima da tiara do elemento decorativo central, nos remete para um tema decorativo que começa a aparecer na arquitectura nortenha no primeiro quartel de Setecentos; e principalmente a movimentação côncava-convexa da cornija (Fig. 4) no ático central, que acompanha a verticalidade do elaborado nicho central rematado pela cruz papal e das urnas assentes em acrotérios.

O autor do risco da fachada da igreja de São Pedro de Vila Real, além de conhecedor da linguagem barroca italiana dotou-a de uma certa agitação, não pela movimentação do frontispício mas pela intensidade, variedade e ondulação dos elementos arquitectónicos e decorativos, o que é uma das características do Barroco em Portugal.